

Os riscos do crescimento acelerado

23 SET 1985

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de São Paulo

A chave do sucesso da atual política econômica não será assegurar um crescimento mínimo de 5% no próximo ano, mas sim evitar que ele fique muito acima disso.

Para isso, o governo precisa ser bem-sucedido em duas áreas cruciais: nas negociações sindicais e na articulação de um respaldo político consistente no Congresso. O teste decisivo se dará nos próximos noventa dias.

A análise é do economista Ibrahim Éris, experiente assessor governamental e respeitado consultor de alguns dos maiores grupos empresariais do País. A preocupação, contudo, não é só dele. Tanto em importantes escritórios empresariais quanto em gabinetes econômicos de Brasília, estas questões são consideradas decisivas.

No caso de Éris, a cautela não se confunde com desconfiança. Ele tem, na verdade, motivos para apostar nas boas intenções da equi-



Ibrahim Éris

pe econômica até por razões pessoais: o assessor especial da Presidência, Luis Paulo Rosenberg, foi seu companheiro na Secretaria do Planejamento no governo passado, é seu amigo e antigo sócio; outro sócio, Luiz Carlos Mendonça de Barros, é diretor do Banco Central; e ele mesmo tem ajudado o Ministério da Fazenda a montar o "pacote" fiscal para 1986.

A prudência baseia-se numa constatação até certo ponto paradoxal. Durante vários meses, no início da Nova República — e mesmo antes dela —, costumava-se reclamar que o governo tinha um projeto político bem definido, e que avançava rapidamente, mas não sabia ao certo o que fazer com a economia. Hoje, pode-se afirmar o oposto: desde a mudança no Ministério da Fazenda, é possível falar num projeto único e coerente de política econômica, mas é cada vez mais difícil encontrar o fio da meada do projeto político, se é que ele existe como tal.

A proposta econômica não chega a prometer milagres, mas é compatível com as atuais limitações econômicas e políticas do País. Se der certo, o Brasil crescerá de 5 a 6% em 1986, a inflação permanecerá ao redor do patamar atual — a que está condenada pela indexação generalizada — e o governo ampliará, razoavelmente, as aplicações nos setores sociais.

Pode parecer pouco, mas para que dê certo, como observa Éris, é preciso que haja um ajuste não desprezível no setor público e que não surjam pressões incontroláveis. Para o ajuste, é preciso respaldo político. Para que não haja pressões, é imprescindível que não surja uma escalada incontrolável dos salários reais.

O governo, por enquanto, tem-se mostrado firme em suas posições. Os que temiam que a chegada dos chamados "economistas do PMDB" ao poder seria um sinal verde para uma política econômica irresponsável, estão-se surpreendendo. A disposição oficial de enfatizar a área social e garantir um mínimo de crescimento tem sido equivalente à de procurar ajustar-se.

O teste na área salarial começou a acontecer com a greve nacional dos bancários. O resultado, do ponto de vista do governo, não foi muito encorajador. Fixou-se, na verdade, um piso para reivindicações futuras considerado — por Éris e por fontes do governo — excessivo, cerca de 20% reais. Se as próximas rodadas de reivindicações trabalhistas confirmarem este patamar, estará definido

(Continua na página 3)

Os riscos do crescimento...

Economia - Brasil

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

um grau de pressão preocupante sobre a inflação e o crescimento.

Para tentar acomodar as demandas salariais num nível mais razoável, tanto quanto para montar um conjunto de medidas necessário para o próximo ano, o governo terá de contar com respaldo político. Ou isso se

define nos próximos sessenta a noventa dias, ou o cenário ficará, em parte, comprometido.

O governo ainda não precisou, em detalhes, o tamanho do ajuste econômico do próximo ano — um ponto que, de resto, estará embutido nas negociações com o Fundo Monetário Internacional. Mas o que já é visível mostra que em nenhuma hipótese ele será simples. Basta lembrar

que o orçamento fiscal (que passou a incluir o monetário) de 1986 fixa um déficit de Cr\$ 211 trilhões, a preços do próximo ano, a partir de uma inflação de 160%.

Parte do déficit será financiada, mas há limites claros. A emissão monetária, segundo uma fonte governamental, poderá cobrir algo entre Cr\$ 40 trilhões e Cr\$ 60 trilhões. Teoricamente, outro tanto poderia ser coberto por venda de títulos públicos, mas, se este item ficar sobrecarregado, poderá comprometer a taxa de juros e, portanto, a necessidade de retomada dos investimentos privados. O restante terá de vir de aumento de impostos, de corte de despesas e do resultado líquido do orçamento das empresas estatais.

Com tudo isso azetado e os salários sob razoável controle, não há o que temer na área externa, na opinião de Éris, largamente endossada em Brasília. A rigor, haveria até a possibilidade de prolongar a situação atual, em que não há acordo formal com o FMI e o acerto provisório com os bancos é prorrogado sucessivamente. O balanço de pagamentos, contudo, adverte Éris, é

sensível à evolução da economia interna. Um descontrole, para cima, na taxa de crescimento poderia abrir brechas, a curto prazo, nas contas externas.

Obviamente, se não for possível manter as variáveis principais sob controle, também a inflação deverá subir. Alguns temem por uma "argentinização" da economia brasileira, isto é, uma rápida escalada inflacionária que mergulhe o País, em questão de meses, numa hiperinflação.

Ibrahim Éris não compartilha este temor. Ele acha que existe o risco de uma subida de patamar, se as hipóteses mais pessimistas prevalecerem, mas não imagina que isso seja capaz de jogar a inflação muito acima de uns 300%. A economia brasileira, argumenta ele, tem mecanismos de controles e checkagens mais eficazes do que a da Argentina. Poderia haver uma escalada da inflação, mas possivelmente ela não seria explosiva.

Uma coisa é certa: as chances de algum ganho inflacionário sensível são muito remotas. O que torna os 160% embutidos nos orçamentos públicos do próximo ano um muito provável exercício de ficção.